

1000 QUESTÕES

SEFAZ-CE

AUDITOR-FISCAL DA FAZENDA ESTADUAL
1ª CLASSE – GESTÃO FAZENDÁRIA



CADERNO DE TREINAMENTO



QUESTÕES GABARITADAS



DISPONÍVEL PARA DOWNLOAD

SUMÁRIO



SEFAZ - CE

1000 questões gabaritadas
Auditor-Fiscal da Fazenda Estadual 1ª Classe
– Gestão Fazendária

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	61

MATEMÁTICA FINANCEIRA/ESTATÍSTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	26

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA PÚBLICA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	20

ECONOMIA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	19

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	30

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	29

SUMÁRIO

SUMÁRIO



DIREITO CIVIL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	24

DIREITO PENAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	30

DIREITO FINANCEIRO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	33

CONTABILIDADE GERAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	53

CONTABILIDADE PÚBLICA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	39

AUDITORIA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	20

SUMÁRIO



1. (FCC - 2023)

Leia o texto abaixo para responder questão.

Luís Bernardo Honwana, que faz hoje, neste sábado, 12 de Novembro, 80 anos, é um dos precursores da literatura moçambicana e um dos maiores intérpretes da moçambicanidade. Quando tinha 22 anos, em 1964, fez publicar uma obra seminal e fundadora da moderna ficção moçambicana – “*Nós Matámos o Cão Tinhoso*”. O início desta obra é um dos mais belos que se podem cotejar entre nós: “O Cão-Tinhoso tinha uns olhos azuis que não tinham brilho nenhum, mas eram enormes e estavam sempre cheios de lágrimas, que lhe escorriam pelo focinho. Metiam medo aqueles olhos, assim tão grandes, a olhar como uma pessoa a pedir qualquer coisa sem querer dizer”.

O jovem autor de “*Nós Matámos o Cão Tinhoso*”, redigira uma nota biográfica igualmente singular: “Não sei se sou realmente escritor. Acho que apenas escrevo sobre coisas que, acontecendo à minha volta, se relacionem intimamente comigo ou traduzam fatos que me pareçam decentes. Este livro de histórias é o testemunho em que tento retratar uma série de situações e procedimentos que talvez interesse conhecer”.

A realidade que estas histórias narram ultrapassa, em muito, a circunstância da mera biografia. Estes textos denunciavam, de forma resoluta e corajosa, uma realidade social profundamente injusta e desigual. Textos breves, quase todos, à exceção daquele que nomeia o volume. Provavelmente, a grande literatura seja isso mesmo: a combinação entre as faculdades da arte em si e o poder de esta nos interpelar com a realidade que ilustra ou denuncia.

(Disponível em: <https://opais.co.mz>. Adaptado)

Um sufixo é um afixo que se acrescenta ao final de uma palavra para formar novas palavras. O substantivo formado por sufixação a partir de um outro substantivo está sublinhado em:

- (A) Acho que apenas escrevo sobre coisas que, acontecendo à minha volta, se relacionem intimamente comigo.
- (B) Este livro é uma surpreendente obra literária e é um libelo acusatório virulento.
- (C) O jovem autor de *Nós Matámos o Cão Tinhoso* redigira uma nota biográfica igualmente singular.
- (D) Quando tinha 22 anos, em 1954, fez publicar uma obra seminal e fundadora da moderna ficção moçambicana.
- (E) Honwana é um dos precursores da literatura moçambicana e um dos maiores intérpretes da moçambicanidade.

2. (FCC - 2022)

Leia o texto abaixo para responder à questão.

Brasil inventou a fuzarca e precisa exportar a tecnologia do furdunço

País da algazarra, alvoroço, arruaça, baderna, bagunça e bafafá tem uma desordem que há de nos levar ao progresso

1. Duvido que tenha alguma língua no mundo com tanta palavra pra bagunça quanto a nossa. E o léxico não vem do grego ou do latim: nossos termos pra desordem nasceram por aqui, às vezes sem pai nem mãe.

2. Bagunça, por exemplo: tem pais desconhecidos, assim como furdunço e fuzuê. O Brasil inventou a fuzarca – ou talvez o contrário.

**1. (FCC - 2025)**

Durante 10 dias, Ana e Paulo treinaram para uma competição de ciclismo. Nesse período, as médias aritméticas dos números de quilômetros diários que percorreram foram iguais. Nos 8 primeiros dias, Ana e Paulo treinaram juntos e cada um percorreu 30 km por dia; no nono dia, Ana percorreu o dobro do que percorreu Paulo e no décimo dia Paulo percorreu 28 km e Ana percorreu 20 km.

Nos 2 últimos dias, a média aritmética dos números de quilômetros diários percorridos por Ana foi

- (A) 18 km.
- (B) 28 km.
- (C) 16 km.
- (D) 24 km.
- (E) 20 km.

2. (FCC - 2024)

Alberto, Bruna e Carlos são irmãos e a média de suas idades é de 19 anos. Os três foram a uma festa e lá Alberto conheceu Dani, e a idade média dos quatro foi para 20 anos. Bruna, na festa, conheceu Ernesto e a idade média dos cinco foi para 21 anos. E finalmente, quando Carlos conheceu Fernanda na festa, a idade média de todos os seis foi para 20 anos. A soma das idades de Dani e Fernanda é igual a

- (A) 44
- (B) 48
- (C) 42
- (D) 38
- (E) 46

3. (FCC - 2022)

Uma ginasta executa três vezes uma determinada prova. Suas notas, na primeira e segunda tentativas foram, respectivamente, metade e dois terços da nota da terceira tentativa. A média aritmética das notas das três tentativas foi de 32,5 pontos. A nota da primeira prova foi

- (A) 20,5 pontos.
- (B) 30,0 pontos.
- (C) 22,5 pontos.
- (D) 45,0 pontos.
- (E) 20,0 pontos.

4. (FCC - 2022)

Na tabela, temos o registro do número semanal de livros novos recebidos pela biblioteca.

Sem 1	Sem 2	Sem 3	Sem 4	Sem 5	Sem 6	Sem 7	Sem 8
15	8	12	?	?	30	26	35

**1. (2026)**

A Reforma Administrativa da Era Vargas, no período de 1930 a 1945, é considerada marco relevante da administração pública brasileira porque buscou estruturar um Estado centralizado, profissionalizado e capaz de impulsionar a modernização do país. Nesse contexto, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma característica central dessa reforma.

- (A) Criação do Departamento Administrativo do Serviço Público, em 1938, com fortalecimento dos concursos públicos, da meritocracia e da padronização de carreiras.
- (B) Instituição das organizações sociais como principal instrumento de parceria entre Estado e setor privado.
- (C) Extinção da burocracia administrativa e adoção plena do modelo gerencial baseado em contratos de desempenho.
- (D) Substituição da administração direta por entidades privadas sem fins lucrativos.
- (E) Criação das agências reguladoras como núcleo da administração pública moderna.

2. (2026)

O Decreto-Lei nº 200, de 1967, é apontado como marco legal da Reforma Administrativa de 1967. Acerca de suas diretrizes e efeitos, assinale a alternativa correta.

- (A) Reforçou exclusivamente a centralização política, reduzindo a atuação das entidades da administração indireta.
- (B) Formalizou a divisão entre administração direta e indireta, fortalecendo autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- (C) Eliminou os mecanismos de controle por resultados, preservando apenas controles formais prévios.
- (D) Criou o Departamento Administrativo do Serviço Público como órgão central de pessoal.
- (E) Instituiu o orçamento participativo como mecanismo obrigatório de gestão municipal.

3. (2026)

A Reforma Gerencial de 1995, associada ao Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, representou mudança relevante no modelo de administração pública brasileira. Assinale a alternativa que melhor caracteriza esse paradigma.

- (A) Predomínio da desconfiança total sobre o gestor e controle exclusivo de procedimentos a priori.
- (B) Supressão da autonomia administrativa das entidades públicas e concentração decisória na administração direta.
- (C) Ênfase em resultados, produtividade, qualidade dos serviços, autonomia administrativa e contratos de gestão.
- (D) Retorno ao patrimonialismo como forma de simplificação da gestão estatal.
- (E) Restrição das parcerias entre Estado e sociedade civil, com vedação à atuação de organizações sociais.

**1.(2026)**

A economia, enquanto ciência social aplicada, parte do reconhecimento de que os recursos disponíveis são limitados diante de necessidades humanas potencialmente ilimitadas. Considerando esse fundamento, assinale a alternativa que melhor expressa o papel da escassez na análise microeconômica.

- (A) A escassez obriga indivíduos, empresas e governos a realizarem escolhas sobre o uso de recursos limitados.
- (B) A escassez ocorre apenas em países pobres, nos quais a renda média da população é reduzida.
- (C) A escassez equivale exclusivamente à ausência de dinheiro para adquirir bens e serviços.
- (D) A escassez deixa de existir quando há avanços tecnológicos significativos.
- (E) A escassez impede qualquer forma de planejamento econômico eficiente.

2.(2026)

Uma sociedade precisa decidir como utilizar seus recursos produtivos limitados. Nesse contexto, as três questões econômicas fundamentais — o que produzir, como produzir e para quem produzir — relacionam-se diretamente:

- (A) à eliminação completa dos custos de oportunidade.
- (B) à necessidade de alocar recursos escassos entre fins alternativos.
- (C) à impossibilidade de existência de mercados competitivos.
- (D) à substituição integral das escolhas individuais por decisões governamentais.
- (E) à inexistência de limitações tecnológicas nas economias modernas.

3.(2026)

Um estudante dispõe de cinco horas livres e decide utilizá-las para estudar, deixando de trabalhar, descansar ou se divertir. À luz da microeconomia, essa situação ilustra principalmente o conceito de:

- (A) equilíbrio de mercado.
- (B) imposto específico.
- (C) custo de oportunidade.
- (D) receita marginal.
- (E) elasticidade da oferta.

4.(2026)

O custo de oportunidade corresponde ao valor da melhor alternativa sacrificada em razão de uma escolha. Considerando esse conceito, assinale a alternativa correta.

- (A) O custo de oportunidade é sempre igual ao gasto monetário efetivamente desembolsado.
- (B) O custo de oportunidade só existe em decisões empresariais, não em escolhas individuais.
- (C) O custo de oportunidade é irrelevante quando os recursos são públicos.
- (D) O custo de oportunidade pode envolver perda de utilidade, rendimento, satisfação ou bem-estar.
- (E) O custo de oportunidade desaparece quando a decisão é tomada de forma racional.



1. (FCC - 2022)

Ao disciplinar o direito de greve dos servidores públicos, a Constituição Federal estabeleceu, expressamente, que “será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica”. Quanto à sua capacidade de produção de efeitos, cuida-se de norma constitucional de eficácia

- (A) limitada.
- (B) contida.
- (C) plena.
- (D) programática.
- (E) restringível.

2. (FCC - 2025)

Matias, médico, fazia sua caminhada noturna quando, ao passar na frente de uma residência, viu o morador dessa casa caído no chão se debatendo, tendo uma crise convulsiva. Imediatamente Matias arrombou o portão e entrou no imóvel para prestar-lhe socorro, mesmo sem o consentimento do morador.

Nessa situação, Matias

- (A) não podia ter penetrado no imóvel, pois a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador.
- (B) podia ter penetrado no imóvel, pois a prestação de socorro é a única exceção feita pela Constituição Federal à regra de que a casa é o asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem o consentimento do morador.
- (C) podia ter penetrado no imóvel, pois, apesar da casa ser asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, são ressalvados os casos de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- (D) não podia ter penetrado no imóvel, pois a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, ressalvados os casos de flagrante delito ou desastre.
- (E) não podia ter penetrado no imóvel, pois a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, exceto, durante o dia, por determinação judicial.

3. (FCC - 2024)

De acordo com o que estabelece a Constituição Federal acerca dos direitos e garantias fundamentais,

- (A) somente será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
- (B) nenhum brasileiro será extraditado, salvo nos casos de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- (C) somente se justifica a censura às manifestações políticas, ideológicas ou artísticas quando fundamentadas nos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.
- (D) a prática da tortura para a obtenção de prova em crimes graves é excepcionalmente justificável diante da primazia da proteção à vida e à liberdade.
- (E) é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.



1. (FCC - 2025)

Os princípios que regem as atividades da Administração Pública podem ser aplicados como fundamento para

- (A) a elaboração e o controle de violação de normas vigentes, a exemplo do princípio da impessoalidade, que embasa a disciplina de procedimentos de chamamento e de licitação.
- (B) a instauração de procedimentos de apuração de infrações disciplinares por servidores, como o princípio da impessoalidade, não se prestando, contudo, para viabilizar procedimentos de apuração em razão de ilícitos praticados por pessoas jurídicas.
- (C) dispensar o cumprimento de norma legal expressa, a exemplo do princípio da eficiência, nos casos em que outra solução seja comprovadamente mais célere, mais econômica e atenda à necessidade da Administração Pública.
- (D) a edição de atos administrativos não sujeitos a controle judicial, porque oriundos de discricionariedade do ente.
- (E) o controle externo da Administração Pública, a exemplo do princípio da legalidade, cujo descumprimento pode ensejar a revogação dos atos administrativos.

2. (FCC - 2024)

O regime jurídico administrativo contempla prerrogativas e sujeições em relação a entidades que integram a Administração, muitas das quais expressas na forma de princípios, entre os quais

- (A) eficiência, incidente precipuamente sobre empresas públicas e sociedades de economia mista que atuem no mercado em regime de competição com o setor privado, podendo ser invocado para afastar a observância de exigências legais quando as mesmas não sejam também aplicáveis aos seus concorrentes.
- (B) autotutela, que autoriza a revogação de atos administrativos por critério de conveniência e oportunidade e vício de legalidade, exercida pelo Chefe do Executivo em relação às entidades da Administração Direta e Indireta.
- (C) proporcionalidade, que predica que a imposição de obrigações, restrições e sanções aos administrados não pode ser feita em medida superior ao estritamente necessário ao atendimento da finalidade pública.
- (D) hierarquia, segundo o qual os agentes públicos submetem-se a uma cadeia central de comando, tendo o dever de acatar as determinações de seus superiores, sendo uma de suas manifestações a subordinação dos diretores de empresas públicas às decisões e orientações emanadas do acionista controlador.
- (E) legalidade, considerado o principal princípio reitor da Administração Pública, segundo o qual o exercício dos poderes administrativos, tais como o poder de polícia e o poder disciplinar, não são dotados de discricionariedade, materializando-se em atos vinculados.

3. (FCC - 2022)

Uma autoridade pública assinou um ato administrativo no dia 1º de abril, sendo que, no mesmo dia, edição do Diário Oficial publicou sua exoneração, a partir daquela data.

Em vista do ocorrido, conclui-se que o ato em questão

- (A) possui vício de competência, que permite a convalidação do ato.
- (B) não possui vício, pois a exoneração só produz efeitos no dia seguinte.
- (C) possui vício de forma, que impede a convalidação do ato.



1. (FCC - 2025)

Sobre o sistema de direito privado é correto afirmar:

- (A) Em face da aplicação dos preceitos da boa-fé objetiva e da confiança, admite-se a redução do conteúdo obrigacional de um contrato pela inercia da parte em exercer faculdade ou pretensão, não se admitindo sua ampliação em situação análoga.
- (B) O Código Civil de 2002, no uso da técnica legislativa das normas abertas, faz uso dos conceitos jurídicos indeterminados, mas não das cláusulas gerais em razão da insegurança ínsita nessa espécie normativa.
- (C) Somente se admite o controle de convencionalidade da legislação civil com base em tratados internalizados na condição de emendas constitucionais, uma vez que o Supremo Tribunal Federal entende que os tratados internacionais têm o status de infralegalidade.
- (D) A diretriz da socialidade promove a superação da natureza subjetiva dos direitos em face da prevalência absoluta dos interesses sociais e coletivos sobre o exercício individual dos direitos titularizados.
- (E) A função social dos contratos age como elemento limitador, mas não finalístico, do exercício de direitos individuais em relação aos interesses sociais ou coletivos, uma vez que, embora os direitos subjetivos e potestativos não precisem ser exercidos em razão de uma funcionalidade social, estão limitados por funcionalidades coletivas.

2. (FCC - 2025)

Considere o Código Civil brasileiro para responder à questão.

Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência,

- (A) quando a pessoa era absolutamente incapaz.
- (B) se alguém, desaparecido em campanha, não for encontrado até seis meses após o término da guerra.
- (C) se a pessoa estava em perigo de vida, independentemente do esgotamento das buscas e averiguações.
- (D) nos casos em que a pessoa era considerada relativamente incapaz.
- (E) se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida, desde que esgotadas as buscas e averiguações.

3. (FCC - 2025)

Considere as seguintes situações:

1. Leonardo, 17 anos de idade, casou-se aos 16 anos.

2. Graziella, que completou 17 anos de idade há seis meses, foi emancipada por seus pais, na última semana, mediante instrumento público, sem homologação judicial.

A incapacidade

- (A) cessou para Leonardo e Graziella.
- (B) não cessou nem para Leonardo nem para Graziella, pois, no caso de Graziella, a emancipação não pode ser concedida por instrumento público, mas só por sentença judicial.
- (C) cessou para Leonardo, apenas.



1. (FCC - 2026)

Considere a seguinte doutrina:

“Trata-se de outra conquista do direito penal moderno, impedindo que terceiros inocentes e totalmente alheios ao crime possam pagar pelo que não fizeram, nem contribuíram para que fosse realizado. A família do condenado, por exemplo, não deve ser afetada pelo crime cometido. Por isso, prevê a Constituição, no art. 5º, XLV que nenhuma pena passará da pessoa do condenado.” (Código Penal Comentado, Guilherme de Souza Nucci, p.12, Forense, 14.ed.)

O autor está tratando de uma acepção, no direito penal, do princípio

- (A) do devido processo legal.
- (B) da anterioridade.
- (C) da legalidade.
- (D) da personalidade.
- (E) da dignidade da pessoa humana.

2. (FCC - 2025)

A vadiagem era um ilícito penal previsto no artigo 59 do Decreto-lei nº 3.688 de 1941, e definida como a prática habitual de ociosidade por quem era apto para o trabalho, mas não tinha renda para se sustentar, ou que se sustentava por meio de atividades ilícitas. Contudo, tal conduta foi retirada do ordenamento jurídico pelo projeto de Lei nº 1.212/2021, aprovado pela Comissão de Segurança Pública do Senado em agosto de 2023. Um dos fundamentos para a sua retirada foi que não se admite a criação de tipos penais incriminadores da personalidade do cidadão, pois no Brasil veda-se o Direito Penal do autor. Com a exclusão da vadiagem do ordenamento jurídico, respeitou-se o princípio do direito penal da

- (A) responsabilidade pessoal.
- (B) responsabilidade subjetiva.
- (C) exteriorização ou materialização do fato.
- (D) legalidade.
- (E) irretroatividade da lei penal.

3. (FCC - 2024)

Adelmo foi condenado, com sentença transitada em julgado, e está cumprindo pena em estabelecimento prisional. Sua companheira, Rita, ao tentar visitá-lo, foi surpreendida no momento da revista tentando ingressar no local portando substância proibida, fato que não era do conhecimento de Adelmo. Diante disso, foi determinada a instauração de um inquérito policial, culminando, após o regular processo, na condenação de Adelmo e Rita pela prática de ilícito penal relacionado ao evento acima descrito. Considerando tão somente as informações apresentadas na questão, a condenação de Adelmo ofendeu, em tese, o princípio do direito penal da:

- (A) responsabilidade pessoal do agente.
- (B) bagatela ou da insignificância.
- (C) intervenção mínima.



1. (FCC - 2025)

Suponha que em um contrato de parceria público-privada, no qual a legislação de regência permite o oferecimento de garantia pela Administração, esta tenha ofertado em garantia ao privado a receita decorrente de créditos não tributários objeto de parcelamento administrativo. Tal previsão foi contestada pelos órgãos de controle, com base no princípio da não afetação ou não vinculação, dado que tais créditos foram considerados na previsão de receitas que embasou a Lei Orçamentária Anual. Referido entendimento afigura-se juridicamente

- (A) correto, eis que somente por lei específica pode haver vinculação em garantia a particulares de produto de impostos e de outros créditos não tributários.
- (B) correto, dado que a vinculação de produto de impostos e outros créditos não tributários somente pode ser feita como garantia e meio de pagamento à União.
- (C) equivocado, eis que tal princípio veda a vinculação de produto de imposto a órgão ou fundo, não se aplicando a outras receitas orçamentárias.
- (D) correto, eis que o princípio em questão veda qualquer destinação vinculada de receita orçamentária ou de projeção de receita futura.
- (E) equivocado, eis que tal princípio veda apenas a vinculação em garantia de produto de tributos, incluindo impostos, taxas e contribuições.

2. (FCC - 2025)

O princípio da especialização ou da discriminação que informa os orçamentos públicos predica:

- (A) que as receitas devem ser discriminadas por fonte, sendo vedada a aplicação de receitas correntes em despesas de capital, salvo quando houver excesso de arrecadação suficiente para caracterizar superávit financeiro.
- (B) que a discriminação da despesa far-se-á, no mínimo, por elementos, admitindo-se, contudo, dotações globais, classificadas como despesas de capital, para custear Programas Especiais de Trabalho.
- (C) a obrigatoriedade de indicação da fonte específica e individualizada das dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual, salvo quando se tratar de despesas de caráter obrigatório.
- (D) que todas as receitas previstas e as despesas consignadas ou autorizadas na Lei Orçamentária Anual devem estar discriminadas, por categoria econômica, na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (E) que apenas as despesas relativas a projetos ou programas previstos no Plano Plurianual devem ser discriminadas por elementos, sendo as demais discriminadas, no mínimo, por categoria econômica.

3. (FCC - 2024)

A Lei Orçamentária Anual referente ao exercício financeiro de 2024 de um ente público respeita o princípio orçamentário da exclusividade ao

- (A) fixar despesas para a devolução de depósito em caução recebida em 18/06/2024.
- (B) fixar despesas para a devolução de depósito em caução recebida em 15/03/2023.
- (C) autorizar a abertura de crédito suplementar no referido exercício.



1. (FCC - 2026)

Utilize esse enunciado para a questão.

Uma entidade pública municipal ficou encarregada de desenvolver o portal de transparência para o município em que está localizada. Nesse processo, ocorreu o seguinte:

- De 01/01/2022 até 31/12/2022 foram realizados gastos com pesquisas, no valor de R\$ 75.000, para entender as necessidades informacionais a serem divulgadas.

- Houve a contratação de uma empresa especializada no desenvolvimento de portais de transparência, que desenvolveu o portal de transparência em parceria com servidores da entidade pública. A empresa cobrou o valor total de R\$ 370.000 desde o início até a conclusão dos serviços, que ocorreu entre 01/01/2023 e 31/07/2023.

- Três servidores públicos da entidade estavam diretamente envolvidos no desenvolvimento do portal de transparência e atuaram, em tempo integral, junto à empresa contratada para o serviço durante os 7 meses de desenvolvimento. O valor dos salários de cada um desses servidores (que são iguais), inclusos todos os demais custos pertinentes, para os 7 meses, é de R\$ 100.000.

- De 31/07/2023 até 31/08/2023 foram realizados testes e outras atividades consideradas necessárias para que o portal ficasse nas condições pretendidas pela administração. O custo dessas atividades no período foi de R\$ 15.000.

- Em 01/10/2023 o portal de transparência foi considerado disponível para uso. Nesta mesma data, foi estimada uma vida útil de 10 anos e o valor residual de R\$40.000. Além disso, decidiu-se por utilizar o método das quotas constantes para o cálculo da amortização.

- O portal de transparência foi reconhecido inicialmente pelo custo. Todos os critérios para reconhecimento como ativo intangível foram atendidos.

Considerando o que determina a NBC TSP 08 – Ativo Intangível, a amortização do ativo intangível deve ser iniciada em

- (A) 31/08/2023.
- (B) 31/12/2022.
- (C) 31/07/2023.
- (D) 01/01/2022.
- (E) 01/10/2023.

2. (FCC - 2022)

Considere as afirmativas a seguir:

I. Nenhum ativo intangível gerado internamente que se encontre em fase de pesquisa deve ser reconhecido como ativo intangível no Ativo Não Circulante de uma entidade. Os gastos relacionados à geração desses ativos devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos.

II. O valor amortizável do ativo intangível com vida útil indefinida deve ser alocado de forma sistemática ao longo da sua vida útil.

III. Amortização é o período durante o qual se espera que o ativo esteja disponível para a utilização pela entidade.



1. (FCC - 2026)

De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual, é uma base de mensuração de passivos o

- (A) custo de liberação.
- (B) custo de reposição ou substituição.
- (C) preço líquido de venda.
- (D) valorem uso.
- (E) custo médio ponderado.

2. (FCC - 2022)

Sobre as bases de mensuração para os ativos e para os passivos, considere:

I.A avaliação da capacidade financeira requer a informação sobre o montante que deveria ser recebido na venda do ativo. Essa informação é fornecida pelo valor de mercado.

II.O custo de reposição de um ativo inclui todos os custos que seriam, necessariamente, incorridos na reposição do potencial de serviços do ativo e é específico à entidade.

III.O custo de reposição fornece informação que facilita a avaliação da capacidade financeira.

IV.O custo de cumprimento da obrigação corresponde aos custos nos quais a entidade incorre no cumprimento das obrigações representadas pelo passivo, assumindo que o faz da maneira menos onerosa.

De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) I e III.

3. (FCC - 2025)

De acordo com a NBC TSP 04, o custo de estoque de

(A) materiais recebidos, em novembro de 2024, por meio de transação sem contraprestação deve ser mensurado no seu reconhecimento inicial pelo custo que a entidade recebedora incorreria para adquirir esses materiais em 31/12/2024.

(B) alimentos mantidos para consumo no processo de produção de merenda escolar a ser distribuída gratuitamente deve ser mensurado pelo menor valor entre o custo ou custo corrente de reposição.

(C) material de construção para reparos em edificações deve integrar o preço de compra, os tributos recuperáveis e os não recuperáveis e os gastos com transporte, manuseio, seguro, armazenamento e comercialização.



Auditoria

1. (2026)

A auditoria, conforme apresentada no texto, caracteriza-se como processo sistemático, estruturado e independente de coleta e avaliação de evidências. Considerando essa definição, assinale a alternativa correta.

- (A) A auditoria verifica a conformidade de informações econômicas, financeiras ou operacionais com critérios previamente estabelecidos, como normas contábeis, políticas internas ou legislações aplicáveis.
- (B) A auditoria limita-se à conferência mecânica de dados, dispensando julgamento profissional e análise crítica.
- (C) A auditoria tem por finalidade exclusiva a apuração de litígios judiciais entre partes privadas.
- (D) A auditoria substitui a administração na elaboração das demonstrações contábeis.
- (E) A auditoria é sempre realizada apenas em processos judiciais, arbitrais ou extrajudiciais.

2. (2026)

No ambiente organizacional, a auditoria desempenha funções relevantes para a governança e para a tomada de decisões. Em relação a essas funções, assinale a alternativa correta.

- (A) A auditoria atua apenas após a ocorrência de fraude comprovada, sem finalidade preventiva.
- (B) A auditoria contribui para a transparência, prevenção de fraudes, avaliação de controles internos e melhoria da qualidade das decisões.
- (C) A auditoria tem como foco exclusivo o cálculo de tributos devidos pela entidade.
- (D) A auditoria elimina integralmente todos os riscos de distorção nas demonstrações contábeis.
- (E) A auditoria dispensa critérios prévios, pois sua conclusão decorre apenas da percepção subjetiva do auditor.

3. (2026)

A perícia contábil possui natureza e finalidade próprias, distintas da auditoria. Acerca desse instituto, assinale a alternativa correta.

- (A) A perícia contábil é uma atividade permanente de monitoramento da governança corporativa.
- (B) A perícia contábil é sempre realizada por auditores internos vinculados à entidade auditada.
- (C) A perícia contábil é uma atividade técnico-científica voltada ao esclarecimento de fatos contábeis, financeiros ou patrimoniais em situações de litígio, disputa ou necessidade de prova técnica.
- (D) A perícia contábil tem por objetivo emitir opinião independente sobre demonstrações contábeis destinadas ao mercado.
- (E) A perícia contábil é incompatível com processos arbitrais ou extrajudiciais.

4. (2026)

Auditoria e perícia contábil utilizam conhecimentos da ciência contábil, mas apresentam diferenças fundamentais. Assinale a alternativa que expressa corretamente essa distinção.

- (A) A auditoria possui finalidade probatória exclusiva, enquanto a perícia tem caráter preventivo e contínuo.
- (B) A perícia contábil é sempre mais ampla que a auditoria interna, pois substitui todos os controles organizacionais.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu **DESCONTO ESPECIAL!**

QUERO MINHA APROVAÇÃO!